

Superior Tribunal de Justiça

EDcl na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.250 - SC (2018/0088336-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : FIRST S/A
ADVOGADOS : RODRIGO FAGGION BASSO - SC014140
IVAN CADORE - SC026683
MARCOS ADÃO KRAHL JÚNIOR - SC033758
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por FIRST/ S/A, à decisão de minha lavra, na qual rejeitei a impugnação do valor atribuído à causa e julguei extinto o processo desta Ação Rescisória, sem resolução do mérito. Por conseguinte, condenei a parte autora ao pagamento dos honorários de advogado, fixados em 10% do valor atualizado da causa.

Transcreve-se, por oportuno, o capítulo da aludida decisão que veio a ser impugnado nos Embargos de Declaração:

"Rejeito, preliminarmente, a impugnação do valor atribuído à causa, pois o valor da causa, na ação rescisória, deve corresponder ao da ação originária, ressalvada a hipótese em que o réu demonstra que o proveito econômico perseguido é superior àquele, não bastando, para tal demonstração, simples informação de outro valor estimado unilateralmente pelo réu, tal como ocorreu, nos presentes autos, em que o réu limitou-se a juntar cópia de despacho decisório da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no Processo Administrativo 11516.720608/2017-17, que, ao deferir o Pedido de Habilitação de Crédito ali formulado, deixou ressalvado que 'a análise do presente processo administrativo se deteve apenas à parte formal que envolve o deferimento, ou seja, aos parágrafos 1º e 4º do artigo 82 da IN RFB nº 1.300/2012', e também que, 'Conforme artigo 82, § 7º, da IN RFB nº 1.300/2012, o deferimento do pedido de habilitação do crédito não implica homologação da compensação. Dentro desse contexto, posteriormente a esta fase de habilitação do crédito, para o reconhecimento desse crédito, o presente processo será novamente analisado para a confirmação de todos os pagamentos alegados pelo interessado, dos períodos de apuração utilizados no presente Pedido de Habilitação, da aplicação dos índices legais, bem como para o acompanhamento, cálculo, dos procedimentos de homologação das compensações e de

Superior Tribunal de Justiça

todas as demais providências cabíveis em relação à compensação do crédito em epígrafe' (fls. 923/927e)."

Inconformada, a parte embargante indica omissão quanto ao art. 292, II, do CPC/2015, assim como obscuridade quanto à ressalva feita na decisão embargada, no ponto acima destacado em negrito, consoante as seguintes razões recursais:

"Vê-se então que em nenhum momento houve análise do artigo 292, II, do CPC, que assim dispõe:

'Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

(...)

II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a **rescisão de ato jurídico**, o **valor do ato** ou o de sua parte controvertida;

(...)

§ 3º **O juiz corrigirá, de ofício** e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que **não corresponde ao conteúdo patrimonial** em discussão ou ao **proveito econômico perseguido** pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.' (Grifou-se).

Registrou-se somente que em ação rescisória o valor da causa deve corresponder ao da ação originária, sem, no entanto, analisar o dispositivo citado acima e sem qualquer outro fundamento legal, violando assim o art. 489, § 1º, II e IV, do Código de Processo Civil e art. 93, IX, da Constituição Federal.

(...)

Ora, o valor da causa neste feito é perfeitamente aferível, uma vez que se trata de crédito tributário (que por sua própria natureza sempre se traduz em uma prestação pecuniária). Colhe-se da Doutrina:

'O valor da causa na ação rescisória é o valor do seu pedido, correspondendo ao valor econômico que se pretende alcançar com a demanda (STJ, 3ª Turma, EDcl no REsp 230.555/MA, Rel. Min. Nancy Andrichi, j. 18.12.2000, DJOS.03.2001, p.156' (MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. fl. 1046).

Conforme relatado na contestação, o valor atribuído à causa pela União (R\$ 10.000,00 – dez mil reais) em nada se aproxima ao valor econômico em litígio no presente feito. Conforme comprova o despacho decisório que homologou o pedido de habilitação de créditos tributários federais (já anexado) referente ao presente processo rescindendo, a verdade é que o alcance da presente decisão envolve o valor de **R\$ 74.897.450,01** (Setenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil quatrocentos e cinquenta reais e um centavo).

Ou seja, caso a ação rescisória fosse julgada procedente, a embargante teria que ressarcir aos cofres públicos o valor total que eventualmente poderia ter compensado referente ao pedido de habilitação citado acima. Não se trata aqui de situação que se discute mera desconstituição de sentença declaratória, mas de crédito tributário definitivamente constituído e homologado pelo ente público responsável que pelo seu valor possui extrema relevância para embargante, inclusive, considerando a atual situação econômica do país e da própria empresa.

Este é o ponto que se entende também por obscuro. A embargante apresentou, conforme já citado, despacho decisório da Receita Federal em que foi homologado o pedido de habilitação de crédito tributário. Após a homologação, a embargante estava autorizada a utilizar o crédito habilitado, por meio de declarações de compensação até a utilização total do crédito. Assim, não há dúvidas de que esse é o benefício econômico obtido com base na decisão judicial que se pretende rescindir.

Nesse sentido, decisão recente deste Colendo Tribunal:

(...)

Excelência, com o devido respeito, a forma adequada pela qual se 'demonstra que o proveito econômico perseguido é superior' ao indicado na ação originária é o despacho decisório que homologou o pedido de habilitação. Inclusive, deve-se ressaltar que a homologação da compensação se dá de forma tácita, ou seja, a homologação se dá com o decurso do prazo previsto para que o fisco analise as compensações, **sem que seja gerado qualquer outro documento pela Receita Federal do total de crédito utilizado.** Portanto, possivelmente não haverá outro meio de demonstrar o proveito econômico obtido.

Se a Receita Federal verificar eventuais irregularidades no crédito habilitado ela poderá, dentro do prazo previsto em lei, utilizar-se dos procedimentos previstos para tanto.

Superior Tribunal de Justiça

O valor atribuído a ação originária foi apenas para fins fiscais, recolhimento de custas processuais, tendo em vista que no protocolo da ação originária não era possível mensurar todo o proveito econômico que seria obtido, pois além de eventuais créditos dos últimos cinco anos do ajuizamento daquela ação, a embargante ainda poderia recuperar todos os valores pagos indevidamente após o ajuizamento da ação. Ademais, essa possibilidade restou pacificada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça ao concluir o julgamento do Tema 118 (REsp 1.111.164), sendo um dos entendimentos fixados o seguinte:

(...)

Ante o exposto, pretende a embargante que a omissão e obscuridade apontadas sejam sanadas, e com base no Art. 337, III do CPC/2015, requer que seja **retificado** para fazer constar o valor de **R\$ 74.897.450,01** (Setenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil quatrocentos e cinquenta reais e um centavo), que representa o proveito econômico desta lide" (fls.)

Por fim, "requer sejam recebidos e providos os presentes Embargos de Declaração, a fim de suprir a omissão e esclarecer a obscuridade apontadas, atribuindo efeitos infringentes ao presente recurso, no sentido de que a impugnação ao valor da causa seja acolhida, bem como alterar a conclusão da r. decisão para que os honorários sucumbenciais sejam fixados sobre o proveito econômico obtido, já que é possível mensurá-lo, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil" (fls. 1.032/1.033e).

A irrisignação não merece acolhida.

Nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (*in* Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão ou decisão, estão

contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão. Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na **expressão** do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao **conteúdo do julgamento** – podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura

execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (in *Direito Processual Civil Brasileiro*, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 241).

Infere-se, portanto, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, em regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, a decisão embargada, de maneira clara e suficientemente fundamentada, rejeitou a impugnação do valor atribuído à causa, considerando que **o valor da causa, na ação rescisória, deve corresponder ao da ação originária, ressalvada a hipótese em que o réu demonstra que o proveito econômico perseguido é superior àquele, não bastando, para tal demonstração, simples informação de outro valor estimado unilateralmente pelo réu, tal como ocorreu, nos presentes autos, em que o réu limitou-se a juntar cópia de despacho decisório da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no Processo Administrativo 11516.720608/2017-17, que, ao deferir o Pedido de Habilitação de Crédito ali formulado, deixou ressalvado que "a análise do presente processo administrativo se deteve apenas à parte formal que envolve o deferimento, ou seja, aos parágrafos 1º e 4º do artigo 82 da IN RFB nº 1.300/2012", e também que, "Conforme artigo 82, § 7º, da IN RFB nº 1.300/2012, o deferimento do pedido de habilitação do crédito não implica homologação da compensação**. Dentro desse contexto, posteriormente a esta fase de habilitação do crédito, para o reconhecimento desse crédito, o presente processo será novamente analisado para a confirmação de todos os pagamentos alegados pelo interessado, dos períodos de apuração utilizados no presente Pedido de Habilitação, da aplicação dos índices legais, bem como para o acompanhamento, cálculo, dos procedimentos de homologação das compensações e de todas as demais providências cabíveis em relação à compensação do crédito em epígrafe" (fls. 923/927e).

O art. 291 do CPC/2015 dispõe que "a toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo economicamente aferível". Esse valor deve ser indicado pelo autor, na petição inicial, ou pelo réu, na reconvenção (art. 292 do CPC/2015), ou, ainda, pelo juiz, na decisão que julga a impugnação ao valor da causa (art. 293 do CPC/2015).

Na petição inicial da Ação Rescisória, a Fazenda Nacional atribuiu à causa o valor de R\$ 10,000,00 (fls. 1/74e), tendo em vista que, na petição inicial do processo primitivo, que se refere a "ação ordinária declaratória de inexistência de relação jurídica", a parte ora embargante – que não havia formulado nenhum pedido de

restituição e/ou compensação de tributo – dera à causa o valor de R\$ 10.000,00 (fls. 83/98e).

Diante desse contexto, a decisão embargada restou clara e suficientemente fundamentada, ao consignar que **o valor da causa, na ação rescisória, deve corresponder ao da ação originária, ressalvada a hipótese em que o réu demonstra que o proveito econômico perseguido é superior àquele, não bastando, para tal demonstração, simples informação de outro valor estimado unilateralmente pelo réu, tal como ocorreu, nos presentes autos, em que os documentos que acompanham a contestação não são hábeis para demonstrar o proveito econômico perseguido pela Fazenda Nacional, na presente Ação Rescisória.**

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VALOR DA CAUSA COMPATÍVEL COM AQUELE DO PROCESSO EM QUE PROFERIDO O ACÓRDÃO RESCINDENDO. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O DESCOMPASSO COM O PROVEITO ECONÔMICO BUSCADO. IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO DA PRÓPRIA TORPEZA.

1. 'Consoante orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, em sede de ação rescisória, o valor da causa, em regra, deve corresponder ao da ação principal, devidamente atualizado monetariamente; exceto se houver comprovação de que o benefício econômico pretendido está em descompasso com o valor atribuído à causa, hipótese em que o impugnante deverá demonstrar, com precisão, o valor correto que entende devido para a ação rescisória, instruindo a inicial da impugnação ao valor da causa com os documentos necessários à comprovação do alegado' (Pet 9.892/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 3/3/2015).

2. O valor atribuído à Ação Rescisória pela União é compatível com o valor atualizado do Mandado de Segurança em que proferido o acórdão rescindendo, devendo prevalecer, uma vez que a impugnante não se desincumbiu do ônus de demonstrar, com precisão, o valor do proveito econômico pretendido, com os documentos necessários à sua demonstração, juntados com a inicial do incidente.

3. Não seriam necessários documentos públicos, mas a impugnante nem sequer apresentou demonstrativo dos valores que seriam devidos a um ou alguns exequentes, de forma a permitir extrapolação para o

conjunto dos beneficiários com um mínimo de credibilidade.

4. Considerar como valor da causa na Ação Rescisória aquele originalmente atribuído ao processo em que se formou o acórdão rescindendo é algo inteiramente razoável, não havendo como a impugnante afirmar que esse valor era desconectado da realidade, pois foi ela mesma que o atribuiu e o Direito não admite que a parte alegue a própria torpeza.

5. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt ImpVC na AR 5.549/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/10/2016).

"AGRAVO INTERNO NA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA EM AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 47,94%. ALEGAÇÃO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O VALOR ATRIBUÍDO À RESCISÓRIA E O REAL BENEFÍCIO PATRIMONIAL VISADO. ÔNUS DA PROVA DA RÉ NA AÇÃO RESCISÓRIA. NÃO COMPROVAÇÃO DO VALOR. IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste STJ é firme de que o valor da causa, nas Ações Rescisórias, deve corresponder, em regra, ao valor da ação originária, corrigido monetariamente até a data do ajuizamento da Rescisória. Precedentes: AgRg na PET na AR 3.865/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 29.5.2012 e AgRg ImpVC na AR 4.419/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 3.10.2012.

2. Havendo discordância entre o valor da causa originária e o do benefício econômico buscado na Rescisória, o impugnante deverá demonstrar, com precisão, o valor correto que entende devido para a Ação Rescisória, instruindo a inicial da impugnação ao valor da causa com os documentos necessários à comprovação do alegado. Precedente: PET 9.892/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 3.3.2015.

3. Dest'arte, configura-se ônus da parte impugnante demonstrar, com base em elementos concretos, eventual divergência entre o valor atribuído na ação originária e o proveito econômico a ser obtido na Ação Rescisória, ônus do qual não se desincumbiu a União, pois deixou de instruir a petição do incidente com documentos indispensáveis à demonstração do alegado.

4. Agravo Interno da UNIÃO desprovido" (STJ, AgInt na AR

Superior Tribunal de Justiça

4.763/AL, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 08/11/2016).

Observa-se que não há qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada, revelando-se, assim, o nítido propósito de reexame da matéria.

Deve-se ressaltar que, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. INTUITO DE REDISCUTIR O MÉRITO DO JULGADO. INVIABILIDADE.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC. **Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito**, nem ao prequestionamento de dispositivos constitucionais com vistas à interposição de Recurso Extraordinário.

2. Não há lacuna na apreciação do decisum embargado. **As alegações da embargante não têm o intuito de solucionar omissão, contradição ou obscuridade, mas denotam a vontade de rediscutir o julgado.**

3. Embargos de Declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgInt nos EAREsp 990.935/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, DJe de 1º/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. SIMPLES REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS. NÃO-CABIMENTO. CONTRADIÇÃO INTERNA DO JULGADO. AUSÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Enunciado Administrativo n. 3/STJ: 'Aos recursos interpostos com

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC'.

2. Os embargos de declaração constituem instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo acórdão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, servindo como instrumento de aperfeiçoamento do julgado (art. 1.022 do CPC/2015).

3. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso, delineadas no art. 1.022 do CPC.

4. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.

5. Tratando-se de mera reiteração de argumentos anteriormente levantados, e sendo certo que as questões apontadas como omitidas foram clara e fundamentadamente examinadas nas decisões precedentes, são manifestamente descabidos os presentes declaratórios.

6 . Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgInt no MS 22.597/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 29/11/2017).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 535, incisos I e II, do CPC/73 ou 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado.

2. Dada a natureza dos aclaratórios, esses não podem ser utilizados como instrumento para a rediscussão do julgado.

Superior Tribunal de Justiça

3. Não cabe ao STJ, nem mesmo com o fim de prequestionamento, se manifestar sobre dispositivos constitucionais, motivo pelo qual, rejeita-se a alegada omissão quanto à incidência do art. 5º, XXXV, da CF, referente ao princípio do acesso à justiça. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 835.315/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 15/03/2019).

Ante o exposto, com fundamento no § 1º do art. 264 do RISTJ, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

